



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Gabinete Desembargador Carlos França

Apelação nº 5171413-88.2019.8.09.0006

Comarca de Anápolis

Apelante: ----- - -----

Apelados: ----- e outros

Relator : Desembargador Carlos França

V O T O

Conforme relatado, trata-se de recurso de apelação interposto por -----
– ----- contra sentença única proferida nos autos da ação de responsabilidade civil, protocolo nº 5171413-88.2019.8.09.0006, ajuizada por ----- e ----- em desfavor do apelante, e nos autos da ação de responsabilidade civil, protocolo nº 5491705-21.2019.8.09.0006, ajuizada por ----- em desfavor de -----, e do apelante.

Segundo narram os autos, o falecido -----, militar da Aeronáutica, submeteu-se a cirurgia de colecistite nas dependências do Hospital apelante, realizada pelo médico corréu. Alega-se que, durante o ato operatório, houve esquecimento de compressa cirúrgica na cavidade abdominal, o que teria desencadeado graves complicações clínicas e, posteriormente, infecção generalizada, resultando no óbito do paciente. Os apelantes sustentam que a morte decorreu de falha médica, consubstanciada em negligência, imperícia e imprudência, bem como de defeito na prestação dos serviços hospitalares, requerendo, por conseguinte, a responsabilização solidária dos requeridos.



Após regular tramitação do feito, sobreveio a sentença recorrida (mov. 123), proferida pelo Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Anápolis, **Dr. João Victor de Resende Moraes Oliveira**, da qual extrai-se que:

“(…) Dos dispositivos

Dispositivo do processo n. 5491705-21.2019.8.09.0006

*Diante do exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos autorais, para **CONDENAR** a segunda requerida ao pagamento de:*

*indenização por **DANOS MORAIS** no valor de **R\$125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais)**, acrescido de juros de mora de acordo com a Taxa Selic deduzido o IPCA (art. 406, §1º, CC) a contar do evento danoso (art. 398, CC; súmula 54 STJ) até a data desta sentença, momento a partir do qual incidirá a Taxa Selic de forma integral, a qual já engloba os juros e a correção monetária devida a contar do arbitramento (súmula 362, STJ); e*

*indenização por **DANOS MATERIAIS** consistente em **PENSÃO** no importe de **R\$8.024,56 (oito mil e vinte quatro reais e cinquenta e seis centavos)**, a ser dividida entre o autor, seu irmão e sua mãe, ambos autores no processo n. **5171413-88.2019.8.09.0006**, acrescido de correção monetária de acordo com o IPCA (art. 389, p. único, CC) a contar da morte do paciente (súmula 43 STJ) até a data da citação, momento a partir do qual incidirá apenas a Taxa Selic de forma integral (art. 406, §1º, CC), a qual já engloba a correção monetária e os juros moratórios devidos a partir de então. O autor tem direito à sua parte da pensão até a data em que completar 25 (vinte e cinco) anos. Para o pagamento da pensão, **determino** a constituição de capital, na forma preconizada no art. 533 do CPC.*

Condeno o autor e a segunda requerida ao pagamento das custas processuais, sendo metade para cada. Condeno o autor ao pagamento de honorários advocatícios em favor do patrono do primeiro requerido no valor de 5% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º, do CPC. Condeno a segunda requerida ao pagamento de honorários advocatícios em favor do advogado do autor no importe de 5% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §2º, do CPC.

Tendo em vista a concessão da gratuidade de justiça ao autor (evento n. 8), suspendo a exigibilidade das verbas sucumbenciais a ele impostas, nos termos do art. 98, §3º, do CPC.



Dispositivo do processo n. 5171413-88.2019.8.09.0006

*Diante do exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos autorais, para **CONDENAR** a segunda requerida ao pagamento de:*

*indenização por **DANOS MORAIS** no valor de **R\$125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais)**, acrescido de juros de mora de acordo com a Taxa Selic deduzido o IPCA (art. 406, §1º, CC) a contar do evento danoso (art. 398, CC; súmula 54 STJ) até a data desta sentença, momento a partir do qual incidirá a Taxa Selic de forma integral, a qual já engloba os juros e a correção monetária devida a contar do arbitramento (súmula 362, STJ); e*

*indenização por **DANOS MATERIAIS** consistente em **PENSÃO** no importe de **R\$8.024,56 (oito mil e vinte quatro reais e cinquenta e seis centavos)**, a ser dividida entre os autores e o outro irmão, este autor no processo n.5491705-21.2019.8.09.0006, acrescido de correção monetária de acordo com o IPCA (art. 389, p. único, CC) a contar da morte do paciente (súmula 43 STJ) até a data da citação, momento a partir do qual incidirá apenas a Taxa Selic de forma integral (art. 406, §1º, CC), a qual já engloba a correção monetária e os juros moratórios devidos a partir de então. O autor ----- tem direito à sua parte da pensão até a data em que completar 25 (vinte e cinco) anos. A autora ----- tem direito à sua parte da pensão até a data em que a vítima atingiria a idade correspondente à expectativa média de vida do brasileiro prevista na data do óbito, segundo a tabela do IBGE, ou até contrair novas núpcias. Para o pagamento da pensão, **determino** a constituição de capital, na forma preconizada no art. 533 do CPC.*

Condeno os autores e a segunda requerida ao pagamento das custas processuais, sendo metade para cada. Condeno os autores ao pagamento de honorários advocatícios em favor do patrono do primeiro requerido no valor de 5% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º, do CPC. Condeno a segunda requerida ao pagamento de honorários advocatícios em favor do advogado dos autores no importe de 5% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §2º, do CPC.

Tendo em vista a concessão da gratuidade de justiça ao autor (evento n. 16), suspendo a exigibilidade das verbas sucumbenciais a ele impostas, nos termos do art. 98, §3º, do CPC. (...)”

Inconformado, o ----- — ----- interpôs



recurso de apelação (mov. 142), alegando as seguintes teses: i) inexistência de responsabilidade civil – sustenta que não restou demonstrada culpa dos profissionais médicos, tendo o atendimento ocorrido em conformidade com protocolos clínicos regulares, inexistindo falha institucional a ensejar responsabilização do nosocômio; ii) inexistência de comprovação do alegado esquecimento de compressa cirúrgica – afirma que não há prova inequívoca de participação ou falha do corpo hospitalar no referido evento; iii) superveniência de fatos que rompem o vínculo de dependência econômica – destaca o novo casamento da viúva ----- e a comprovação da independência financeira dos filhos ----- e -----, fatos que afastam o dever de pensionamento; iv) excesso do *quantum* indenizatório – impugna o valor arbitrado a título de indenização por danos morais, por reputá-lo desproporcional, requerendo sua readequação.

Requer, ao final, o recebimento do recurso de apelação, com a admissão da juntada de novos documentos que comprovam o novo casamento da viúva do falecido e a maioria e independência econômica dos filhos, fatos ocorridos antes da prolação da sentença, bem como o seu provimento para reformar a sentença e excluir a condenação ao pagamento de pensão por morte, além de reconhecer a inexistência de má prestação dos serviços ofertados pelo recorrente apta a ensejar reparação civil.

Subsidiariamente, pugna pela limitação temporal da obrigação de pensão aos filhos até a data em que completaram 25 anos e, à viúva, até a data do novo casamento, bem como pela minoração do valor da condenação ao pagamento de danos morais.

Verificados os pressupostos processuais de admissibilidade, impõe-se o recebimento do recurso, que será conhecido apenas em parte, na conformidade a seguir delineada.

Pois bem. A controvérsia posta em exame reside em verificar a eventual responsabilidade do hospital apelante quanto ao dever de indenizar decorrente de alegado erro médico, ocorrido durante procedimento cirúrgico que culminou no óbito de -----.

No que concerne à responsabilidade civil, impende salientar que o artigo 186 do Código Civil dispõe que incorre em ato ilícito “*aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral*”. De igual forma, o artigo 927, caput, do mesmo diploma legal, estabelece que “*aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo*”.

Da exegese desses dispositivos extrai-se que a obrigação de indenizar, na seara da responsabilidade civil subjetiva, pressupõe a presença concomitante do ato ilícito, do dano, da culpa do agente e do nexo causal entre a conduta (comissiva ou omissiva) e o prejuízo experimentado pela vítima.

Acrescente-se, ainda, que a hipótese em apreço insere-se no âmbito



das relações de consumo, uma vez configuradas as figuras jurídicas do consumidor e do fornecedor, nos termos dos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor. Por conseguinte, a relação entre estabelecimentos hospitalares e pacientes encontrase submetida às normas protetivas da legislação consumerista.

A esse respeito, o artigo 14 do CDC é categórico ao estabelecer que o fornecedor de serviços responde, independentemente de culpa, pela reparação dos danos ocasionados aos consumidores em razão de defeitos na prestação dos serviços. Assim, a responsabilidade civil do hospital é objetiva, bastando, para a sua configuração, a demonstração do dano e do nexo causal.

Com vistas a corroborar tal entendimento, cumpre colacionar precedentes do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte Estadual, que reconhecem a aplicabilidade das regras do CDC às instituições hospitalares em situações análogas, firmando a orientação no sentido da responsabilidade objetiva do nosocômio. Confirase:

(...). 2. Segundo a jurisprudência desta Corte Superior, a responsabilidade dos hospitais e clínicas (fornecedores de serviços) é objetiva, dispensandose a comprovação de culpa, notadamente nos casos em que os danos sofridos resultam de infecção hospitalar. (...) 3. Recurso especial dos autores conhecido em parte e, nessa extensão, parcialmente provido. Recurso especial do hospital desprovido. (REsp n. 2.069.914/DF, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 6/6/2023, DJe de 23/6/2023.)”

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ALEGAÇÃO DE ERRO MÉDICO. COMPROVAÇÃO. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. 1. São pressupostos da responsabilidade civil, com o consequente dever de indenizar, a existência concomitante de ação ou omissão ilícita (ato ilícito), a culpa e o dano causado à vítima, além do nexo de causalidade entre a conduta e o dano, nos moldes dos artigos 186 e 927, Código Civil. 2. Considerando que restou demonstrado o nexo causal entre a conduta médica e o dano descrito pela parte autora, absolutamente procedente é a pretensão civil indenizatória. 3. Quanto aos atos técnicos praticados de forma defeituosa pelos profissionais da saúde vinculados de alguma forma ao hospital, respondem solidariamente a instituição hospitalar e o profissional responsável, apurada a sua culpa profissional. Nesse caso, o hospital é responsabilizado indiretamente por ato de terceiro, cuja culpa deve ser comprovada pela vítima de modo a fazer emergir o dever de indenizar da instituição, de natureza absoluta (artigos 932 e 933 do Código Civil). 4. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, CONTUDO, DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. (TJGO, Apelação Cível 5343495-53.2020.8.09.0051, Rel. Des(a). DESEMBARGADOR GUILHERME GUTEMBERG ISAC PINTO, 5ª



Assentado isso, compreende-se por erro médico ou hospitalar a conduta, seja omissiva, seja comissiva, que se revele atípica, irregular ou inadequada no atendimento ao paciente, caracterizando-se pela presença de negligência, imprudência ou imperícia no exercício da atividade médica.

Esclarecido tal conceito, cumpre salientar que a relação estabelecida entre médico e paciente consubstancia obrigação de meio, incumbindo ao profissional da saúde o dever de empregar a melhor técnica, diligência e perícia na condução do tratamento, visando alcançar o resultado almejado, sem que, entretanto, esteja vinculado à obrigação de garanti-lo de forma absoluta.

No caso *sub examine*, a análise detida do conjunto probatório constante dos autos evidencia, de forma inequívoca estarem devidamente configurados os pressupostos acima delineados.

Com efeito, verifica-se dos autos que o *de cujus* foi internado no hospital demandado em 16/03/2018, para tratamento de quadro infeccioso decorrente de colecistite aguda e colangite, submetendo-se a procedimento cirúrgico em 22/03/2018. Posteriormente, em exame de tomografia realizado em 07/06/2018, constatou-se a presença de corpo estranho na cavidade abdominal do paciente (imagens colacionadas no evento 01, docs. 20 e 21), ocasião em que se recomendou, de forma imediata, a realização de cirurgia de urgência (laudo constante do evento 01, doc. 19). Ressalte-se que tal exame foi realizado aproximadamente dois meses após a intervenção cirúrgica ocorrida nas dependências do hospital recorrido, e antes da submissão do paciente a qualquer outro procedimento, circunstância que evidencia, de forma inequívoca, que o equívoco decorreu da cirurgia realizada em 22/03/2018, conduzida pelo primeiro requerido, nas dependências do nosocômio que figura como segundo requerido, aqui apelante.

Constata-se que a prova pericial realizada nos presentes autos confirma as alegações formuladas pela parte autora, tendo o perito judicial concluído pela existência de nexo causal entre a primeira intervenção cirúrgica e o corpo estranho deixado na cavidade abdominal do paciente, consoante se depreende do laudo acostado à mov. 117, do qual se extrai, *in verbis*:

“Desta forma, em relação ao procedimento médico e da equipe cirúrgica do hospital requerido, em que pese o prontuário de Cirurgia Segura [Sign OUT – Antes de sair da Sala de Cirurgia] ter referido que houve a contagem das compressas, e que estavam corretas, verificamos a ocorrência de falha técnica da equipe cirúrgica, devido a presença de corpo estranho, por inobservância de regras técnicas, quando foi encontrado uma compressa



cirúrgica na cavidade abdominal do pericianda, após Colecistectomia convencional, com falha na contagem de compressas pela equipe de enfermagem, levando o periciando a óbito.”

Portanto, deduz-se do conjunto probatório constante dos autos a ocorrência de conduta imperita por parte da equipe cirúrgica vinculada ao hospital demandado, circunstância que caracteriza de forma inequívoca o erro médico.

Nesse cenário, indubitável a responsabilização objetiva da instituição hospitalar, pois, uma vez demonstrados o dano, o nexo de causalidade e a falha na prestação do serviço, restam integralmente configurados os pressupostos que ensejam o dever de indenizar. Assim, a sentença recorrida, quanto a este capítulo, encontra-se em perfeita consonância com o ordenamento jurídico, não comportando reforma.

Concernente a alegada superveniência de fatos capazes de romper o vínculo de dependência econômica dos beneficiários, o apelante afirma que a viúva ----, exerce a profissão de assistente social, integrando, ainda, o quadro societário da empresa -----, constituída em 16/08/2022, atuante no ramo de confecção e comércio varejista de vestuário, da qual auferia rendimentos mensais suficientes para assegurar a própria subsistência.

Alega ainda que, especificamente em relação a -----, o mesmo foi admitido no serviço público federal, conforme publicação no Diário Oficial da União, Seção 1, página 93, de 22/02/2019, passando a integrar os quadros da Aeronáutica, circunstância que afastaria qualquer dependência financeira em relação ao genitor falecido.

Sustenta que com relação ao apelado -----, desde o dia 16/03/2022, ele exerce atividade empresarial, sendo, portanto, emancipado da dependência financeira que o vinculava a seu falecido pai.

Contudo, as alegações do apelante no sentido de que os autores, beneficiários da pensão, já exercem atividade remunerada e, por conseguinte, não mais ostentariam dependência econômica em relação ao falecido, configuram inovação recursal, porquanto suscitadas apenas nesta fase processual, sem que tenham sido submetidas ao crivo do juízo de origem.

Com efeito, é vedado ao tribunal conhecer de matérias não deduzidas oportunamente em primeira instância, sob pena de supressão de instância e violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do duplo grau de jurisdição, expressamente assegurados pela Constituição Federal (arts. 5º, incisos LIV e LV).



Destarte, não há que se conhecer da mencionada matéria, porquanto suscitada exclusivamente em sede recursal, encontrando-se fulminada pela preclusão consumativa, em manifesta violação ao devido processo legal.

Sobre o tema é a jurisprudência deste Sodalício:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO. DESACORDO COMERCIAL. PROTESTO DE CHEQUE SUSTADO. ENDOSSATÁRIO DE BOA-FÉ. INOPONIBILIDADE DAS EXCEÇÕES PESSOAIS. INOVAÇÃO RECURSAL. SENTENÇA CONFIRMADA. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. 1. As questões não arguidas, nem decididas em sede de primeiro grau, configuram, pois, inovação recursal e não podem ser conhecidas em grau de recurso, dada a preclusão consumativa. 2. Segundo a dicção do art. 25 da Lei nº 7.357/85, ao endossatário de boa fé são inoponíveis as exceções de natureza pessoal, fundadas nas relações jurídicas subjacentes estabelecidas entre emitente e endossante que deram origem ao título de crédito. 3. O desacordo comercial entre as partes originárias do negócio jurídico, que acarreta a sustação do cheque, configura exceção pessoal e não pode ser oposto ao endossatário de boafé do título. 4. O protesto de cheque realizado por endossatário de boa-fé afigura-se válido, porquanto procedido no exercício regular de seu direito. 5. Diante do não provimento dos recursos, torna-se impositiva a majoração da verba honorária sucumbencial, a teor do que dispõe o art. 85, § 11, do CPC. **APELAÇÃO CÍVEL PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESTA EXTENSÃO, NÃO PROVIDA.**(TJGO, Apelação Cível 0273809-30.2013.8.09.0140, Rel. Des(a). JULIANA PEREIRA DINIZ PRUDENTE, 8ª Câmara Cível, julgado em 27/06/2024, DJe de 27/06/2024)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PEDIDO RECONVENCIONAL NÃO CONHECIDO. INADEQUAÇÃO. IMPUGNAÇÃO AO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. PRECLUSÃO. MOMENTO OPORTUNO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. IRREGULARIDADE DA LEITURA REALIZADA PELO HIDRÔMETRO. RELAÇÃO DE CONSUMO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. 1. O tópico recursal alusivo ao pedido de reconvenção feito em sede de recurso de apelação não pode ser conhecido. Isso porque, além de não se poder ajuizar o pedido de reconvenção em sede de apelação, ofende o duplo grau de jurisdição, o contraditório e a ampla defesa, incorrendo em supressão de instância e inovação recursal. 2. Segundo dispõe o artigo 100 do Código de Processo Civil, uma vez deferido o pedido de justiça gratuita, a parte contrária poderá oferecer impugnação na contestação, réplica, contrarrazões de recurso ou, em caso de pedido superveniente, por meio de petição simples, a ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias. Logo, deferido o pedido antes da citação inicial, deve a parte contrária formular o pedido de revogação em sede de contestação, sob



pena de preclusão. 3. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, somente se eximindo da responsabilidade se provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, e/ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro. 4. Diante da inversão do ônus da prova, impugnada pela consumidora a cobrança lançada na fatura, caberia à concessionária a demonstração de que os valores cobrados correspondem à efetiva utilização dos serviços por ela prestados. 5. Deve ser reconhecida a responsabilidade da empresa pelo dano moral sofrido pela consumidora diante da cobrança indevida, bem como pelo corte de fornecimento do serviço essencial. 6. A fixação do montante indenizatório deve observar os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, em consonância com a função pedagógica e punitiva, bem como a capacidade econômica do ofensor e do ofendido. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. (TJGO, Apelação Cível 5278976-15.2017.8.09.0006, Rel. Des(a). Fernando Braga Viggiano, 3ª Câmara Cível, julgado em 24/06/2024, DJe de 24/06/2024)

Acerca da alegação de que os autores ----- e ----- já teriam alcançado a idade de 25 anos à época da prolação da sentença, bem como de que a autora ----- teria contraído novas núpcias, constata-se a ausência de interesse recursal do apelante nesse particular.

Cumpre salientar, quanto a este aspecto, que o magistrado de primeiro grau condenou o requerido/apelante ao pagamento de pensão em favor da autora ----- até a data em que a vítima alcançaria a idade correspondente à expectativa média de vida do brasileiro, conforme índice divulgado pelo IBGE à época do óbito, ou, alternativamente, até que a beneficiária venha a contrair novas núpcias. Ademais, fixou o pensionamento devido aos filhos do *de cujus* até que estes completem 25 (vinte e cinco) anos de idade.

Portanto, é certo que tais circunstâncias – o implemento da idade de 25 anos e a celebração de novas núpcias – não têm o condão de afastar o direito dos apelados à percepção da pensão fixada, porquanto supervenientes à propositura da demanda. Servem, tão somente, para delimitar temporalmente a obrigação, nos exatos marcos estabelecidos pela sentença, cuja observância se dará oportunamente na fase de liquidação do julgado.

Na espécie, verifica-se que o autor ----- alcançou a idade de 25 (vinte e cinco) anos em 20/08/2022, fazendo jus ao pensionamento apenas no interregno compreendido entre o falecimento de seu genitor e a mencionada data. Já em relação a -----, a obrigação alimentar subsiste desde o óbito paterno até 30/05/2025, quando completou o limite etário estabelecido na sentença, qual seja, 25 (vinte e cinco) anos.

No que diz respeito à autora -----, constata-se que contraiu novas



núpcias em 16/07/2024, fato superveniente à propositura da demanda, que se deu em 02/04/2019. Dessa forma, assiste-lhe o direito ao pensionamento desde a data do falecimento de seu ex-cônjuge até o momento da celebração do novo matrimônio, circunstância que igualmente deverá ser observada na fase de liquidação do julgado.

Nesse panorama, verifica-se que a insurgência recursal não se volta contra o conteúdo da sentença propriamente dita, limitando-se o apelante a apontar o implemento dos marcos temporais já fixados pelo magistrado singular para a cessação do pensionamento. Em realidade, a decisão de primeiro grau já contemplou expressamente tais limites, de modo que a alegação do recorrente não modifica a substância do julgado, mas apenas confirma circunstâncias supervenientes que deverão ser observadas na fase de liquidação, repiso.

Assim, carece o apelante de interesse recursal nesse particular, porquanto inexistente utilidade prática em pretender a reforma de capítulo sentencial que já estabeleceu os parâmetros de cessação da obrigação.

Por derradeiro, o hospital recorrente, subsidiariamente à isenção de sua responsabilidade, busca a reforma da sentença com o objetivo de reduzir o valor da indenização.

Nesse toar, dispõe o art. 944 do Código Civil que a indenização se mede pela extensão do dano.

Sobre o tema:

“(...) 7. O valor do dano moral deve ser fixado de acordo com a situação fática, levando em consideração a situação econômica das partes, a repercussão do dano, os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, de forma a não ensejar o enriquecimento ilícito, nem frustrar a intenção da lei. 8. A verba indenizatória deve ser acrescida de correção monetária (INPC) e juros legais, desde a data do arbitramento (artigo 407, do Código Civil e Súmula 362, STJ). 9. Provida a Apelação Cível, não há se falar em majoração de honorários advocatícios. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PROVIDA. (TJGO , Apelação Cível n. 5423949 - 24.2021.8.09.0006, Rel. Des(a). DORACI LAMAR ROSA DA SILVA ANDRADE, 7ª Câmara Cível, julgado em 20/07/2023, DJe de 20/07/2023)

É cediço que, a indenização por danos morais deve atender ao caráter dúplice da reparação, isto é, compensar o sofrimento experimentado pelos autores em razão da perda precoce de seu pai e cônjuge, ao mesmo tempo em que deve desempenhar função pedagógica, a fim de desestimular condutas semelhantes. Entretanto, não pode importar em enriquecimento sem causa da vítima, devendo ser considerada, ainda, a condição socioeconômica da causadora do evento danoso.



A respeito da redução do valor arbitrado a título de dano moral, enuncia a Súmula nº 32 deste Tribunal de Justiça. Confira-se:

“Súmula nº 32. A verba indenizatória do dano moral somente será modificada se não atendidos pela sentença os princípios da proporcionalidade.

Sopesadas as circunstâncias delineadas e à vista das peculiaridades do caso em exame, entendo que a quantia de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), arbitrada individualmente em favor de cada um dos autores a título de indenização por danos morais, revela-se adequada e em consonância com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Ademais, o valor fixado encontra respaldo nos parâmetros usualmente adotados por este Corte de Justiça em hipóteses análogas de falecimento de ente familiar, veja:

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. FALECIMENTO DE RECÉM-NASCIDO. NEGLIGÊNCIA MÉDICA. DEMORA NA REALIZAÇÃO DE PARTO CESARIANO. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. APELAÇÕES PARCIALMENTE PROVIDAS. I. CASO EM EXAME Apelações cíveis e reexame necessário interpostos contra sentença que julgou procedente ação de indenização por danos morais proposta em razão do falecimento de sua filha recém-nascida, em decorrência de demora na realização do parto cesáreo. Os recursos interpostos foram parcialmente providos para reduzir o valor da indenização por danos morais de R\$ 500.000,00 para R\$ 150.000,00. II. **QUESTÃO EM DISCUSSÃO 1.** Questão em discussão: verificar se restou configurada a responsabilidade do ente municipal e da entidade hospitalar pela negligência médica decorrente da demora no atendimento e realização do parto cesáreo, e, sendo o caso, aferir a adequação do valor fixado a título de indenização por danos morais. III. **RAZÕES DE DECIDIR 1.** A responsabilidade do ente público e da FASA por omissão no dever de prestação de serviço de saúde é de natureza subjetiva, nos termos do art. 37, § 6º, da CF/1988 e da jurisprudência consolidada. 2. Constatada a negligência médica no atendimento à gestante, sobretudo pela demora injustificada na realização de parto cesariano em situação de emergência obstétrica, bem como o encaminhamento tardio do recém-nascido à UTI, resta configurado o nexo causal entre a omissão e o falecimento da recém-nascida. 3. A prova pericial conclui que o intervalo entre a admissão hospitalar e a cesariana foi excessivo diante da gravidade do quadro clínico, contribuindo para o óbito, sem que as rés apresentassem justificativa plausível para a inércia. 4. Embora a sentença tenha fixado o



valor da indenização por danos morais em R\$ 500.000,00, o montante mostra-se excessivo à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sendo cabível sua redução para R\$ 150.000,00, conforme precedentes em casos análogos. 7. A condenação ao pagamento solidário da indenização é adequada, dado o vínculo entre os profissionais médicos e a entidade hospitalar contratada pelo ente público para prestar o serviço. IV. DISPOSITIVO E TESE Recursos e Remessa Necessária conhecidos e parcialmente providos. Tese de julgamento: 1. A responsabilidade civil do Estado por omissão no serviço público de saúde é subjetiva e exige a demonstração de negligência, dano e nexo causal. 2. Configurada a falha na prestação do serviço médico-hospitalar, com demora injustificada em atendimento obstétrico de emergência, impõe-se o dever de indenizar. 3. O valor da indenização por dano moral deve observar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, podendo ser reduzido se fixado de forma excessiva. Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 37, § 6º; CPC, arts. 1.007, § 4º e 85, § 3º, I; Lei 9.494/97, art. 1º-F; Súmula 362/STJ. Jurisprudência relevante citada: TJGO, Apelação Cível nº 5083241-80.2018.8.09.0112, Rel. Des. Reinaldo Alves Ferreira, j. 23.03.2021; TJGO, Apelação Cível nº 0373218-52.2013.8.09.0051, Rel. Des. Carlos Hipólito Escher, j. 21.06.2021; TJGO, Apelação nº 0412830-40.2016.8.09.0132, Rel. Des. Fábio Cristóvão de Campos Faria, j. 03.12.2020; TJGO, Apelação nº 0383323-88.2012.8.09.0127, Rel. Des. Kisleu Dias Maciel Filho, j. 19.04.2021.

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS C/C PENSÃO POR MORTE. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ATROPELAMENTO DE CICLISTA. VÍTIMA FATAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA DO CONDUTOR DO VEÍCULO E O ÓBITO DO FILHO DA AUTORA. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA AFASTADA. DEVER DE INDENIZAR. PENSÃO ALIMENTÍCIA DEVIDA. DANOS MORAIS VERIFICADOS. DESPESAS REFERENTES AO FUNERAL. RESSARCIMENTO DEVIDO. INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. PREPOSTO DA EMPRESA. ARTS. 932, III, E 933 DO CÓDIGO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ART. 125, II, DO CPC. SENTENÇA REFORMADA. 1. A responsabilidade civil consiste no dever de indenizar o dano sofrido por outrem, decorrente da prática de ato ilícito que viola a ordem jurídica com ofensa a direito alheio e lesão ao respectivo titular, conforme a regra expressa dos artigos 186 e 927 do Código Civil. 2. A empresa recorrida é concessionária do serviço público de transporte coletivo, sendo certo que a sua responsabilidade é objetiva. Nesses termos, para a caracterização do dever de indenizar, é suficiente a demonstração do nexo causal entre o evento danoso e a conduta administrativa, salvo se provada alguma excludente de responsabilidade como a culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior. 3. Na espécie, não se pode afirmar que o



acidente fatal que culminou no óbito do ciclista ocorreu por culpa exclusiva da vítima (prática do vulgo ?rabeirão?) ou, até mesmo, em decorrência de força maior. 4. Em vista do conjunto fático-probatório, restou demonstrado o nexo de causalidade entre o ato do condutor de veículo pertencente à concessionária do serviço público de transporte coletivo (atropelamento) e o dano causado ao terceiro não usuário do serviço (óbito decorrente de traumatismo craniano e ação contundente), hipótese suficiente para responsabilizar a pessoa jurídica de direito privado, nos termos do art. 37, §6º, da Constituição Federal. 5. Comprovada a dependência econômica da genitora em relação aos ganhos financeiros do filho, fixa-se o valor da pensão alimentícia em 2/3 (dois terços) do salário percebido pelo de cujus, desde a data do evento danoso, a ser corrigido anualmente pelos reajustes do salário-mínimo (Súmula 409 do STF), observado o parâmetro de variação dos valores conforme a faixa etária que seria completada pela vítima. 6. O dano moral sofrido pela vítima transcende as barreiras do mero aborrecimento, haja vista que a perda de um filho causa incalculável abalo aos direitos de personalidade. Observadas as peculiaridades do caso e as circunstâncias envolvidas, fixa-se o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a título de danos morais, montante este a ser corrigido monetariamente pelo INPC a partir da data deste arbitramento (Súmula 362/STJ), com juros de mora 1% ao mês contados do evento danoso (Súmula 54/STJ). 7. Demonstrados os dispêndios com as despesas referentes ao funeral, determina-se a restituição de tais valores, que serão corrigidos a partir do efetivo desembolso, devendo os juros de mora incidirem a partir do evento danoso (Súmula 54/STJ). 8. Diante da reforma da sentença e em observância ao efeito expansivo do recurso de apelação, o pedido de denunciação à lide do Sr. Adão Vieira de Santana deve ser acolhido, de modo a reconhecer sua responsabilidade pela negligência na condução do veículo que causou o acidente automobilístico, nos termos do art. 125, inc. II, do CPC c/c art.

201 do CTB. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PROVIDA. SENTENÇA REFORMADA. (TJGO, PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Recursos -> Apelação Cível 0160373-64.2016.8.09.0051, Rel. Des(a). DESEMBARGADOR JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA, 2ª Câmara Cível, julgado em 04/04/2024, DJe de 04/04/2024)

Logo, diante da gravidade do infortúnio – a perda do pai e esposo em razão de falha no procedimento cirúrgico –, bem como considerando a necessidade de observância dos princípios da equidade e da vedação ao enriquecimento sem causa, reputo o valor de R\$ 125.000,00 adequado, suficiente para mitigar a dor experimentada pelos autores e, ao mesmo tempo, proporcional às circunstâncias do caso concreto, não merecendo reforma a sentença.

Ante o exposto, **conheço parcialmente do recurso de apelação e, nesta extensão, nego-lhe provimento** mantendo incólume a sentença atacada, por estes e seus próprios fundamentos.

Por consectário, majoro os honorários advocatícios sucumbenciais



devidos pelo apelante em 2% sobre o valor da condenação, sendo 1% em cada ação julgada pela sentença recorrida.

É como voto.

Goiânia, *data da assinatura eletrônica*.

Desembargador CARLOS FRANÇA

R E L A T O R

/C50

Apelação nº 5171413-88.2019.8.09.0006

Comarca de Anápolis

Apelante: ----- - -----

Apelados: ----- e outros

Relator : Desembargador Carlos França

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos de **Apelação nº 517141388.2019.8.09.0006**, acordam os integrantes da Primeira Turma Julgadora da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, por unanimidade de votos, em conhecer em parte do apelo e, nesta, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, proferido na assentada do julgamento e que a este se incorpora.

Votaram, além do Relator, o Desembargador **Vicente Lopes da Rocha**



Júnior e a Doutora **Maria Cristina Costa Morgado**, em substituição ao Desembargador Reinaldo Alves Ferreira.

Presidiu o julgamento o Desembargador **Carlos França**.

Esteve presente à sessão o Doutor **Henrique Carlos de Sousa Teixeira**, representando a Procuradoria-Geral de Justiça.

Fizeram sustentação oral o Doutor **Cícero Gomes**, representando a parte apelante, e o Doutor **Daniel Henrique**, representando a parte apelada.

Goiânia, 16 de setembro de 2025.

Desembargador **CARLOS FRANÇA**

R E L A T O R

